

Ouro Preto, 31 de março de 2021.

À Senhora Giovana Lameirinhas Arcanjo  
Coordenadoria de Pós Deliberação  
**Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais**

**REF: Processo 1058816**

Prezada Senhora,

A ARSEOP – Agência Reguladora de Serviços Públicos do Município de Ouro Preto, neste ato representada por seu Diretor Presidente, Julio César Correa, RG: M4205355 – SSP/MG e CPF 652.625.226-53, em cumprimento às funções de fiscalização e regulação dos serviços públicos concedidos de abastecimento de água potável, coleta e tratamento de esgoto do Município de Ouro Preto, vem por meio deste informar os seguintes fatos, conforme expostos abaixo.

Em 16 de outubro de 2019 foi assinado o Contrato de Concessão entre o Município de Ouro Preto e a Concessionária vencedora do processo licitatório nº 006/2018 e a Ordem de Serviços foi assinada em 02 de janeiro de 2020 quando se iniciou efetivamente a prestação de serviços pela empresa Ouro Preto Serviços de Saneamento S.A. – SANE OURO.

Por meio do Ofício nº 22529/2019, datado de 05 de dezembro de 2019, recebi como Diretor Presidente da ARSEOP o relatório da 31ª Sessão Ordinária do Tribunal Pleno, realizada em 18 de setembro de 2019 (fls. 1362 a 1367) e em virtude do acórdão ora proferido, esta Agência fica incumbida de:

- “a) que a Agência Reguladora do Município realize estudos de modo a adequar a tabela tarifária à capacidade de pagamento dos munícipes, revertendo parte da outorga em modicidade tarifária;*
- b) que o Poder Concedente e a Agência Reguladora não apenas acompanhem a concessão da Tarifa Residencial Social, propondo*

*eventuais alterações em seus critérios, a fim de aumentar sua abrangência, como também acordem metas de universalização da micromedição dos serviços com a concessionária; ...”*

Conforme estabelecido na Cláusula 8ª e Cláusula 19 do Contrato de Concessão e indicadores constantes do Anexo IX – Termo de Referência do Edital, a Concessionária até o cumprimento da meta de hidromederação no qual o índice de micromedição das ligações seja de “pelo menos” 90%, tem direito ao faturamento da Tarifa Fixa de Disponibilidade. Conforme Anexo II – Estrutura Tarifária, as tarifas atuais e vigentes para o ano de 2020, para quaisquer volumes consumidos são:

*Figura 1- Valores de Tarifa Fixa por Disponibilidade*

<b>Categoria</b>	<b>Faixas</b>	<b>Água</b>	<b>EDC*</b>	<b>Total</b>	<b>Unidade</b>
<b>Residencial Social</b>	Fixa	5,323	2,010	7,33	R\$/Mês
<b>Categoria</b>	<b>Faixas</b>	<b>Água</b>	<b>EDC</b>	<b>Total</b>	<b>Unidade</b>
<b>Residencial</b>	Fixa	15,970	6,030	22,00	R\$/Mês
<b>Categoria</b>	<b>Faixas</b>	<b>Água</b>	<b>EDC</b>	<b>Total</b>	<b>Unidade</b>
<b>Comercial</b>	Fixa	23,940	9,030	32,970	R\$/Mês
<b>Categoria</b>	<b>Faixas</b>	<b>Água</b>	<b>EDC</b>	<b>Total</b>	<b>Unidade</b>
<b>Industrial</b>	Fixa	23,940	9,030	32,970	R\$/Mês
<b>Categoria</b>	<b>Faixas</b>	<b>Água</b>	<b>EDC</b>	<b>Total</b>	<b>Unidade</b>
<b>Público</b>	Fixa	19,940	7,520	27,460	R\$/Mês

\*EDC: Esgoto Dinâmico Coletado

O faturamento bruto da concessionária para o primeiro ano de prestação de serviços seguiu em linha com o previsto no Anexo XII – Estudo de Viabilidade Econômico-Financeira do Edital e consoante com a Proposta Comercial apresentada pela Concessionária e, conforme demonstrado acima, os valores vigentes cobrados atualmente da população não ferem em nada a modicidade tarifária.

Para o estudo de adequação de Tabela Tarifária para o Município, na função de Diretor Presidente desta Agência entendo que se faz necessário obter os dados efetivos do histograma de consumo da população do Município de Ouro Preto, que só será possível com a efetiva micromedição das ligações. A ARSEOP vem acompanhando a evolução da instalação dos hidrômetros, que pese a situação de pandemia, onde a Concessionária, por restrições de isolamento iniciou a instalação dos hidrômetros no segundo semestre de 2020 e

no momento, por notificação da Prefeitura Municipal está com as atividades de instalação de hidrômetros suspensas.

O prazo contratual para a meta de micromedição é de 24 meses a contar da ORDEM DE SERVIÇOS.

Ademais, o Contrato de Concessão prevê ainda em sua cláusula 24 o instituto de REVISÃO (ordinária ou extraordinária) para o acompanhamento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato. A REVISÃO ORDINÁRIA deverá ocorrer a cada 4 anos e para a primeira revisão contratual, está estabelecido que será depois de 4 anos contados da emissão da ORDEM DE SERVIÇOS ou no mesmo ano que se realiza a próxima revisão do Plano Municipal de Saneamento, o que ocorrer primeiro.

A revisão do Plano Municipal de Saneamento do Município de Ouro Preto estava prevista para ser realizada no ano de 2020, sendo que seus trabalhos foram suspensos em função da pandemia, sem previsão de retomada.

Em relação ao acompanhamento e abrangência da Tarifa Social no Município, a Agência e a Concessionária têm realizado campanhas para inscrição dos beneficiados, além de realizar um trabalho de recadastramento dos clientes para obter a efetiva distribuição das categorias de consumo e o correto cálculo do número de ligações beneficiadas. No momento, o número de ligações cadastradas ainda se encontra bem inferior ao limite estabelecido no contrato, em dezembro de 2020 havia apenas 6 clientes cadastrados na base de dados com Tarifa Social.

A falta de aderência à Tarifa Social, neste primeiro momento é entendida como cultural, pois grande parte destes usuários ou não possuem cadastro regularizado perante a Concessionária e ainda, culturalmente não havia a presunção do pagamento de faturas de água por grande parte da população do Município. Por conta da pandemia e a Concessionária não iniciou o corte de fornecimento por inadimplência. O acompanhamento do número de usuários cadastrados faz parte das atividades e informações solicitadas à Concessionária regularmente.

A partir da efetiva medição e cobrança por volume que a população se manifestará com intuito de realizar o Cadastro na Tarifa Social. Neste sentido, também se faz necessário o conhecimento do histograma de consumo e a finalização do recadastramento para a obtenção de dados concretos sobre a demanda, consumo e déficit de enquadramento.

Com relação ao limitante contratual de 5% das ligações residenciais terem o direito ao benefício da Tarifa Social e a revisão dos critérios de enquadramento, e pelo acompanhamento do relatório do Cadastro Único do Governo Federal para o Município de Ouro Preto, que apresenta 8.801 famílias cadastradas no Cadastro Único, 4.988 famílias com cadastro atualizado nos últimos 2 anos e 3.868 famílias com renda até ½ salário-mínimo com cadastro atualizado. Anexo I. (dados de 03/2021 - <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/bolsafamilia/relatorio-completo.html>), entendo que também este percentual limitador deve entrar no estudo de adequação da Tabela Tarifária, uma vez que qualquer mudança nos valores tarifários e enquadramento de categoria impactam não somente a população beneficiada mas toda a população do Município, sendo que os subsídios para aumento da abrangência da Tarifa Social deverão ser repartidos entre as demais categorias de usuários.

Neste cenário entendo que para a realização de um estudo detalhado e completo tanto de adequação da abrangência e critério da Tarifa Social como da Tabela Tarifária, visando a modicidade tarifária para a população e correta remuneração da Concessionária observando-se o equilíbrio econômico-financeiro do contrato é de que o estudo seja realizado após a hidrometração de pelo menos 90% das ligações, com a finalidade de obtenção de dados reais de consumo do Município. Sabe-se que os estudos realizados para parametrização do Edital foram baseados nos dados históricos das séries do SNIS do Governo Federal e dos dados do Plano de Saneamento Básico Municipal. As regras para Tarifa Social, definidas na Lei 1.126/2018 do Município de Ouro Preto foram baseadas nos parâmetros em prática no mercado (fls. 1.323 a 1.325).

Entretanto, face aos fatos ocorridos neste ano de 2021, venho por meio deste comunicar a este egr. Tribunal que em 29 de janeiro de 2021 o Sr. Prefeito eleito Ângelo Oswaldo de Araújo Santos encaminhou à Câmara Municipal Projeto de Lei para extinção da

Agência Reguladora de Serviços Públicos do Município de Ouro Preto, a qual foi votada e aprovada pela Câmara Municipal de Ouro Preto em 23 de fevereiro de 2021 e sancionada em 04 de março último foi sancionada a Lei 1.209/202 (Anexo II), e também em 04 de março foi publicado o Decreto nº 5.969 que regulamenta o processo de transição da Agência. (Anexo III).

Desta forma informo a este Tribunal que as atribuições ora apresentadas e solicitadas à ARSEOP deverão ser encaminhadas à nova agência reguladora a ser escolhida pela municipalidade para a efetiva continuidade da regulação e fiscalização do Contrato de Concessão.

Fico à disposição para outros esclarecimentos que se fizerem necessários.

**Júlio César Correa**  
Diretor Presidente da ARSEOP